

POLÍTICA

SENADO

Espírito de corpo impede punições

Desde que foi criado em 1993, o Conselho de Ética da Casa só aprovou uma cassação

SÉRGIO PARDELLAS
BRASILIA

Quem já participou de comissões julgadoras conhece a angústia da responsabilidade de punir ou absolver colegas. Na Idade Antiga, o exercício de sentenciar pessoas da mesma corporação era exclusivo de sacerdotes ou nobres, devido ao caráter embaraçoso da tarefa. Hoje, segundo especialistas na área de recursos humanos, recrutar pessoas para compor colegiados responsáveis por dar pareceres sobre a atuação de companheiros de trabalho – tanto na esfera privada quanto na pública – é como achar agulha em palheiro.

No Senado brasileiro, onde as relações são baseadas no compadrio e na troca de favores, o constrangimento de investigar os próprios pares é ainda mais acentuado. As teses são as mais variadas. Uma das preferidas do grande público reza que “uma mão lava a outra”.

“No Senado, pelo fato de haver um número menor de parlamentares do que na Câmara, a convivência é muito estreita”, diz o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). “Dizem até que o Senado é um clube, uma confraria.”

Não à toa, o espírito de corpo prevalece sobre a pressão da opinião pública na maioria das vezes. Desde que foi criado em 1993, o Conselho de Ética da Casa só aprovou a cassação de um parlamentar: Luiz Estevão (DF). O empresário perdeu o mandato em 2000, depois de ser acusado de envolvimento no desvio de R\$ 169 milhões destinados à obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

O processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusado de ter despesas pessoais pagas pelo lobista Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior, ainda não teve um



Jarbas Vasconcelos

capítulo final. Serve, no entanto, para mostrar como as relações de amizade podem pesar na hora do julgamento. Há duas semanas em compasso arrastado na Casa, depois de uma tentativa frustrada de arquivamento a toque de caixa, o processo já teve dois relatores.

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) pediu afastamento alegando problemas de saúde. Em seguida, Wellington Salgado (PMDB-MG), escolhido como relator ad hoc, renunciou ao posto em protesto contra o adiamento da votação do parecer pró-Renan. Até a noite de sexta-feira, o presidente do colegiado, Sibá Machado (PT-AC), enfrentava dificuldades

para encontrar um colega disposto a assumir a tarefa.

“DUREZA”

“Julgar é dureza”, reconhece o senador Renato Casagrande (PSB-ES). “É como carregar pedra morro acima. Ninguém quer ficar na história como o grande alçoz do Renan. Em compensação, declinar do julgamento significa ficar mal com a opinião pública.”

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) faz coro. “É desconfortável você julgar inimigo, quanto mais pessoas de sua relação”, afirma Heráclito, que não esconde o dissabor de ter de julgar Renan, conhecido na Casa pelo espírito conciliador.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br